

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO  
CURSO JORNALISMO

Cintia de Oliveira

**Alguém tem que aguentar**

Mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina

Florianópolis

2025

Cintia de Oliveira

**Alguém tem que aguentar**

Mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina

RELATÓRIO TÉCNICO

do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Disciplina JOR 6803 - Trabalho de Conclusão de Curso, professora Melina de la Barrera Ayres.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Terezinha da Silva.

Florianópolis

2025

Oliveira, Cintia de

Alguém tem que aguentar :Mulheres que resistem à  
violência política de gênero e raça em Santa Catarina /  
Cintia de Oliveira ; orientadora, Maria Terezinha da  
Silva, 2025,

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo,  
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Mulheres na política.  
4. Violência de gênero e raça. 5. Livro-reportagem. I.  
Silva, Maria Terezinha da . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. III. Título.

Cintia de Oliveira

**Alguém tem que aguentar: mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharela em Jornalismo” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2025

---

Profa., Dra. Flávia Garcia Guidotti  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Profa., Dra. Maria Terezinha da Silva  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa., Dra. Jessica Gustafson Costa  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Ma. Jaine Araújo da Silva  
Avaliadora  
Doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina

A todas as meninas e mulheres sobreviventes de violências de gênero.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho coroa minha graduação, então não poderia deixar de agradecer a todos que me deram suporte para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Ana Paula, que se doou demais aos meus irmãos e a mim. Também me ensinou a ser uma mulher dona do próprio destino e me deu a oportunidade e o apoio para poder estudar.

Agradeço ao meu pai, Gilberto, que sempre me deu tudo que pôde. Me deu, inclusive, muitos livros e incentivou minha paixão pela literatura.

À minha irmã, Carol, que cresceu grudada comigo, compartilhou muitas experiências e, muitas vezes, foi um espelho para mim. Ao meu irmão, Bruno, que a vida inteira me ofereceu sorrisos e boas conversas.

Muito obrigado também ao meu companheiro, Enrico, que me deu suporte durante a apuração e escrita desse trabalho, ouviu toda a empolgação e as angústias. Você foi e vai continuar sendo meu primeiro leitor.

Eu também tenho que agradecer a todas as professoras da Escola Estadual Antônio Morandini, em Chapecó, que se empenham muito para seus estudantes. Foi ali que me formei no ensino médio e que consegui as bases para poder chegar a uma universidade pública. Em especial, à professora de português, Elisangela Rech, e à Camila Pelegrini, professora de sociologia.

Agradeço à minha orientadora Maria Terezinha da Silva, que acreditou no projeto, ofereceu sua calma, conhecimento, escuta e leitura atentas. Você foi a professora que mais me ensinou sobre escrita ao longo desse curso.

Às professoras e professores que estiveram no meu caminho da graduação e me ofereceram generosamente conhecimentos e trocas: Isabel Colucci, Daiane Bertasso e Carlos Locatelli.

Também agradeço aos meus amigos de Clube do Livro, ainda sem nome, que me incentivam a escrever e sempre oferecem discussões sobre jornalismo, psicanálise e literatura. Obrigada Erika, João, Matheus, Bianca e Dani.

Por fim, meus agradecimentos às mulheres que cederam seus conhecimentos e parte das suas histórias para esse trabalho acontecer. Vocês são inspiradoras.

*Você pode me riscar da história  
Com mentiras lançadas ao ar  
Pode me jogar contra o chão de terra  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar*

(Maya Angelou)

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata sobre a violência política de gênero e raça contra vereadoras eleitas em Santa Catarina, bem como discute o cenário de participação política das mulheres no estado e a aplicação da lei de violência política de gênero. Violências que têm a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres em função de suas identidades. Esse é um dos vários obstáculos à participação feminina em espaços de poder e tem objetivo de manter a sub-representação das mulheres. O produto desenvolvido é um livro-reportagem, a partir da história de vereadoras feministas que cumpriram mandatos entre 2020 e 2024. O foco é como foram afetadas por episódios de violência política de gênero e raça enquanto candidatas e no exercício de seus mandatos, e como resistem a essa tentativa de tirá-las do cenário político. Retrata como a estrutura política é conformada de maneira a ejetar as mulheres da vida pública, assim como acontece com todos os grupos minorizados, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência. Também discute a implementação da lei de violência política de gênero, que é crime no Brasil desde 2021, com a aprovação da lei 14.192 e busca entender o que vem sendo feito para transformar esse cenário.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Mulheres na política. Violência de gênero e raça. Santa Catarina. Livro-reportagem.

## ABSTRACT

This Undergraduate Thesis addresses the issue of gender and race-based political violence against elected councilwomen in Santa Catarina, as well as discusses the landscape of women's political participation in the state and the application of the law on gender-based political violence. These forms of violence aim to prevent, obstruct, or restrict women's political rights based on their identities. This is one of the many obstacles to female participation in positions of power and seeks to maintain the underrepresentation of women. The product developed is a journalistic book, based on the stories of feminist councilwomen who served terms between 2020 and 2024. The focus is on how they were affected by episodes of gender and race-based political violence as candidates and during their terms, and how they resist attempts to remove them from the political scene. It portrays how the political structure is designed to eject women from public life, as is the case with all marginalized groups, such as Black people, Indigenous people, LGBTQIAPN+ individuals, and people with disabilities. It also discusses the implementation of the law on gender-based political violence, which has been a crime in Brazil since 2021 with the passage of Law 14.192, and seeks to understand what is being done to transform this scenario.

**Keywords:** Journalism. Women in politics. Gender and racial violence. Santa Catarina. Reportage book.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALESC - Assembleia Legislativa de Santa Catarina

LAI - Lei de Acesso à Informação

MPF - Ministério Público Federal

MPSC - Ministério Público de Santa Catarina

ONMP - Observatório Nacional da Mulher na Política

STF - Supremo Tribunal Federal

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1. CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>12</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	21
1.1.1 Pauta.....	21
1.1.2 Formato.....	24
1.2 OBJETIVOS.....	26
1.1.1 Objetivo Geral.....	26
1.1.2 Objetivos específicos.....	26
<b>2. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>26</b>
2.1 FONTES.....	26
2.2 APURAÇÃO.....	29
2.3 ESCRITA.....	32
2.4 PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO.....	35
<b>3. ORÇAMENTO.....</b>	<b>35</b>
<b>4. DESAFIOS E APRENDIZADO.....</b>	<b>37</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>46</b>
ANEXO A - FICHA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	46
ANEXO B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	48
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE.....	49

## 1. CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DO TEMA

A sub-representação das mulheres na política é o ponto zero deste trabalho. As mulheres são 53% do eleitorado no Brasil (TSE, 2022), mas representam apenas cerca de 19% das eleitas no Senado (Senado Federal, 2023) e 17% das deputadas federais (Câmara dos Deputados, 2023). A nível global, o Brasil ocupa a 132ª posição no ranking de participação feminina na política, da Inter-Parliamentary Union, que analisa a participação feminina no legislativo. De acordo com Gruneich e Cordeiro (2022, p. 14), “apesar de a baixa representatividade feminina na política não ser um problema exclusivo do Brasil, o aumento moroso da quantidade de mulheres na política, eleição após eleição, tem colocado o país em uma situação crítica no cenário mundial”.

No estado de Santa Catarina, que é recorte regional deste trabalho, são apenas 3 deputadas estaduais eleitas dentre as 40 vagas (Alesc, 2020), o que representa 7,5% dos parlamentares. Dessas, uma tem uma forte agenda anti-gênero, identificando-se como “antifeminista”. Também no estado, mas a nível municipal, em 2024 - ano da produção deste trabalho - foram eleitas 3502 pessoas para cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Desse total, cerca de 19% foram mulheres eleitas como vereadoras eleitas, 13% em cargo de prefeitas e 14% de vice-prefeitas (TRE-SC, 2025). Para vereadoras, cargos em que há cotas de gênero, em números absolutos, foram 577 mulheres eleitas. Destas, são 2 indígenas, 10 mulheres pretas, 22 pardas e 543 brancas. O que significa que, de todos os vereadores eleitos em Santa Catarina, mulheres pretas são 0,34%, pardas são 0,75% e brancas 18%. (TRE-SC, 2025)

A sub-representação e a violência política de gênero e raça interagem de forma simbiótica. A tentativa de silenciamento e de controle sobre a participação de mulheres na política está na raiz dessas práticas. A violência cometida contra mulheres no ambiente político, em especial, contra mulheres negras, também é uma das formas de manutenção da sub-representação. De acordo com Flávia Biroli:

A violência contra as mulheres pode ser considerada um esforço para silenciá-las, empurrando-as da vida pública e da expressão política para a esfera privada. As dinâmicas que venho discutindo no contexto brasileiro contêm esse esforço para silenciar as mulheres de duas maneiras diferentes: reduzir a condição e a capacidade das mulheres como atores políticos; anular o debate e a agenda de gênero, reduzindo a legitimidade do conhecimento feminista e das organizações de mulheres. (2016, p. 580, tradução nossa)

A violência política de gênero foi criminalizada no Brasil em 2021, com a Lei 14192. A legislação é resultado de reivindicações de movimentos feministas no país, que vinham denunciando ataques às candidatas e mulheres eleitas. Essa violência se apresenta de várias formas, pode ser realizada com emprego de violência física, sexual ou psicológica (Brasil, 2021). A lei criou o artigo 326-B do Código Eleitoral, que estabelece a violência política de gênero como um crime eleitoral, com previsão de pena de 1 a 4 anos e multa. De acordo com a legislação:

Art. 3º Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo. (Brasil, 2021, s/p)

A violência política também já havia sido criminalizada em 2021 pela Lei 14.197, conhecida como Lei do Estado Democrático de Direito. Foi tipificada pelo artigo 359 do Código Penal e prevê que é crime todo o ato para restringir, impedir ou dificultar o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Prevê pena de reclusão de 3 a 6 anos para quem cometer esse crime.

A legislação específica da violência política de gênero (Lei 14.192) é defendida por alguns estudiosos da área, pois os episódios de violência política contra as mulheres possuem especificidades. Os ataques geralmente aparecem ligados a seus corpos e sexualidade (Gruneich e Cordeiro, 2022), campo fundamental para o controle político das mulheres.

É importante ressaltar que a violência política vivenciada pelas mulheres é diferente da vivenciada pelos homens, muitas vezes tendo natureza sexual e envolvendo o corpo e a moral: peso, roupas, identidade sexual e sexualidade. Assim, as mulheres são mais ameaçadas com fotos íntimas, são as maiores vítimas de assédio e, além disso, têm sua família e filhos pequenos expostos e ameaçados. (Gruneich e Cordeiro, 2022, p. 25)

As formas de expressão dessa violência política representam uma continuidade do que acontece de forma geral na sociedade. Segundo formulação teórica dos estudos de gênero, ratificado por Silvia Federici (2017, p. 32), “os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder”. Então, os assédios, agressões e ameaças de morte decorrentes da

participação política são maneiras de reafirmar o não-pertencimento das mulheres nos espaços públicos e instâncias decisórias da sociedade.

As duas legislações citadas representam um avanço para proteger as mulheres no espaço político. No entanto, apresentam uma visão da categoria “mulher” já superada nos estudos de gênero, atrelam esta identidade ao conceito de “sexo”, que reduz a discussão política a uma perspectiva biologizante. Se observado apenas o texto da lei, também deixa-se de proteger efetivamente mulheres transexuais e travestis. No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) têm aplicado o entendimento de gênero no julgamento dos processos. Em maio de 2024, o colegiado condenou o deputado estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim (União Brasil), por ter praticado violência política de gênero contra a vereadora de Niterói, Benny Briolli (Psol), uma mulher trans (Schiavinato, 2024).

Segundo Adriana Alves Franco (2022), havia uma perspectiva de gênero no projeto original da Lei 14.192, que foi retirada propositalmente durante a tramitação. Assim, este trabalho parte de uma visão mais ampla, com o entendimento de que a identidade “mulher” constroi socialmente, a partir do conceito de “gênero” e que a violência aqui tratada é um tipo específico das violências motivadas por essa identidade social. Sobre a categoria “gênero”, Joan Scott (1995) explica como é compreendida por estudiosos da temática.

O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens [...] O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (Scott, 1995, p. 75-76)

Já a definição de Scott inclui a categoria de poder:

1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (Scott, 1995, p. 75-76)

A autora também defende que o gênero é construído nos núcleos familiares, na economia e na organização política, por meio de recursos e materiais simbólicos, e ainda tem um aspecto subjetivo de construção de identidade. Esse é um dos pressupostos deste trabalho. O aspecto do gênero na organização política é o que mais interessa nos interessa, mas, logicamente, tem relação com todos os outros aspectos de constituição do gênero na sociedade.

Outro entendimento fundamental é das múltiplas opressões que atuam em uma sociedade da periferia do capitalismo, construída a partir de uma matriz colonial escravocrata, como é o Brasil. As lógicas de opressão de gênero se dão de forma inseparáveis das de raça e classe e afetam de forma distinta diferentes sujeitos, dados seus marcadores sociais. Eles facilitam ou dificultam o acesso à política institucional e criam corpos que são mais passíveis de violência. O que torna a experiência de mulheres negras única, ao enfrentar o “duplo fenômeno do racismo e sexismo” (González, 1984, p. 224).

Sueli Carneiro (2011) também coloca a colonização e subjugação de mulheres indígenas e negras como fundamental para entender as formas contemporâneas de desigualdades na sociedade brasileira.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (Carneiro, 2011, s/p)

Essas compreensões tornam possível afirmar que as violências políticas de gênero e raça são violências coletivas. Portanto, os episódios de violência são entendidos como disciplinadores, no sentido de controle corporal e de reforço da posição de subalternidade da mulher na estrutura social. Entendimento que está alinhado às proposições sobre a violência política de gênero de autoras como Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2016), Flávia Biroli, (2016) e Daniela Cerva Cerna (2014). A maior parte das autoras trata da questão apenas como violência política de gênero, mas demarco “violência política de gênero e raça” neste trabalho, pois a raça é um dispositivo de opressão ligado ao gênero, como já citado anteriormente, e é muito presente na experiência das mulheres negras que foram entrevistadas.

Tal fato, no contexto da política, é descrito por Flávia Biroli (2016, p. 578, tradução nossa) da seguinte forma: “a forma como as mulheres são marcadas como diferentes na política carrega a forma como são marcadas como vulneráveis na vida social”. Portanto, assim como em outras esferas da vida social, quanto mais distante do estereótipo de mulher universal (branca, burguesa, cisgênero-hétero, com comportamento passivo e submisso), mais a mulher está sujeita às violências.

Ou seja, um dos objetivos deste trabalho é verificar a aplicação da lei de violência política de gênero. No entanto, tal aspecto não se restringe a um caráter meramente formal ou legalista e sim a uma ampliação do debate.

Outro dado importante também é que, segundo Daniela Cerna (2014), a inserção de mais mulheres na política, por si só, não diminui as ocorrências de violência. O aumento da participação de mulheres na política a partir das cotas de gênero pode, inclusive, aumentar a violência a qual as eleitas são submetidas no espaço político, como uma resposta ao rompimento dos papéis de gênero socialmente estabelecidos. Portanto, políticas públicas específicas são necessárias para a proteção das mulheres nos ambientes institucionais.

Os avanços na legislação para promover um maior número de mulheres em cargos políticos eletivos significaram, em alguns casos, uma intensificação das dinâmicas de discriminação e violência contra mulheres que tentam entrar na política, como uma reação dos partidos políticos e de alguns de seus membros a este tipo de ações afirmativas. (Cerna, 2014, p. 119, tradução nossa)

Ainda de acordo com Daniela Cerna, as origens da violência política de gênero podem ser rastreadas nas desigualdades a que as mulheres e outros grupos minorizados são submetidos no contexto mais amplo da sociedade. As opressões causadas pelo gênero colocam não só a dificuldade de entrar na política institucional como empecilho, mas todo o ambiente institucional é criado e moldado para atuação de homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais.

As origens da violência política de gênero encontram-se na relação de poder desigual que existe entre homens e mulheres, na compreensão de que historicamente o espaço político-público tem sido um cenário privilegiado para o gênero masculino. As instituições e organizações criadas para dar vida à ordem política não se baseiam apenas na presença exclusiva dos homens, as suas dinâmicas de funcionamento, códigos, linguagem e normas são também reflexo da primazia de um único gênero. (Cerna, 2014, p. 121, tradução nossa)

No contexto brasileiro, o ano de 2020 marca um ponto de inflexão para a aprovação da Lei 14.192, que estabelece o crime de violência política contra as mulheres. Isso porque o pleito teve inúmeros casos de ataques a campanhas de mulheres, principalmente virtuais, como a invasão de atividades, ameaças de morte e de estupro. A última eleição municipal também foi a primeira após o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em 2018 por sua atuação política. Outro marco daquela eleição foi a massiva campanha de desinformação (*fake news*) contra Manuela D'Ávila, então candidata à prefeita de Porto Alegre. Todas essas questões trouxeram à tona a necessidade de combater esse tipo de agressão.

Apesar das discussões recentes, de acordo com Adriana Alves Franco (2022), a violência política de gênero não é um fenômeno novo no Brasil. “É possível identificarmos, em diversos momentos da construção do país, situações que podem ser consideradas como violência política de gênero, mas que não foram nomeadas ou identificadas como tal”. Leonara de Araújo Alves (2022) cita dois casos emblemáticos da política brasileira.

O golpe de Estado que destituiu a então Presidenta da República Dilma Rousseff, em 2016, e o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, em 2018. Ambos, incitaram as discussões públicas sobre as violências sofridas pelas mulheres que ocupam cargos político-institucionais. (Alves, 2022, p. 43)

Ela também relembra o caso de violência cometido em 2014 pelo então deputado Jair Bolsonaro, contra Maria do Rosário, como uma das “ocorrências de violência política de gênero mais midiaticizadas da Câmara dos Deputados. Na época, ocupando a posição de deputado, Bolsonaro afirmou que só não estupraria Maria do Rosário (PT-RS) ‘porque ela não merece’” (Alves, 2022, p. 43). Essa cena foi uma repetição, Bolsonaro já havia cometido a mesma violência em 2003 e não sofreu nenhuma punição por isso. Essa frase também aparece na apuração deste trabalho, sendo repetida para Maria Tereza Capra, vereadora de São Miguel do Oeste, também pelo Partido dos Trabalhadores.

De forma geral, no caso de Marielle e de Maria do Rosário o jornalismo atuou em favor das mulheres. No entanto, a produção jornalística também pode ser produtora e reprodutora de violência. Nos casos de violência política de gênero relatados por Dilma Rousseff para o livro “*Sempre foi sobre nós*”, ela afirma que os maiores veículos jornalísticos do país (como a *Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e revista *Veja*) atuaram no golpe contra seu mandato, “fortemente, por meio de notas, reportagens, manchetes, fotos e

capas indisfarçavelmente misóginas, para impor os grilhões do patriarcado à primeira mulher presidenta do Brasil.” (Rousseff, 2020, p. 60). Afirma ainda que “a misoginia na sociedade, nas intuições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar” (Rousseff, 2020, p. 58).

Esse trabalho parte da perspectiva de que o jornalismo não é desinteressado. Segundo Fabiana Moraes (2022, p.10), a pauta “é uma tecnologia à disposição do agir”. O presente trabalho, então, age no sentido de denunciar a violência política contra mulheres e anunciar que ela deve ser combatida por todos, não apenas pelas mulheres que a sofrem e que já a combatem.

Para uma cobertura qualificada no jornalismo é importante entender que a violência política de gênero se manifesta de diferentes formas, assim como as demais violências contra as mulheres. No entanto, não são episódios isolados e sim um conjunto de práticas que se relacionam. Neste projeto e também no livro é adotada a classificação de Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2016), que, ao analisar a violência política de gênero na América Latina, propuseram que as práticas de violência política de gênero e raça podem ser classificadas como: física, psicológica, econômica, simbólica e inter-relacionada.

A violência física é a que conta com maior reconhecimento social, engloba agressões e também violências sexuais. Conforme as autoras, a violência sexual e física estão distinguidas em muitas legislações (Krook e Sanin, 2016), inclusive, na brasileira. Mas elas preferem agrupá-las na categoria violência física. As formas mais graves dessa forma de violência são o estupro e o assassinato, em função da atividade política da mulher.

A violência psicológica é definida pelas autoras como uma violência que afeta o “estado mental e o bem estar dos indivíduos, causa ansiedade, depressão e estresse” (Krook e Sanin, 2016, p. 135, tradução nossa). Nessa classificação também estão as ameaças, que geram um estado de constante medo da concretização. Segundo as autoras, as ameaças de morte e estupro contra políticas eleitas, candidatas e também contra seus familiares são bastante comuns.

A violência econômica contra mulheres na política é definida como “atos que procuram controlar o acesso, ou as ações das mulheres na arena política, restringindo sistematicamente o acesso aos recursos econômicos que estão à disposição dos homens” (Krook e Sanin, 2016, p. 145, tradução nossa). No contexto dos partidos políticos brasileiros isso tem a ver com a distribuição desigual do fundo partidário e eleitoral, com liberações

tardias de verba para campanha, com falta de coordenação de campanhas de mulheres e pessoas negras e com práticas de fraudes às cotas de gênero e raça, com “candidatas laranja”.

Já a violência simbólica opera no nível das representações. É tipicamente uma violência discursiva, que pode ser produzida pelas práticas do jornalismo. Esse tipo de violência pode ser identificada em representações que reforçam papéis de gênero na política, que negam a presença e participação política das mulheres, que ofendem candidatas e políticas com características ligadas ao seu gênero, corpo, sexualidade ou ainda que incitem violência contra as mulheres.

A violência inter-relacionada é proposta por Krook e Sanín (2016) para descrever quando uma violência produz mais de um efeito, ou pode ser classificada em mais de uma das categorias anteriores. Dada a complexidade do fenômeno da violência política, a maioria das violências está inter-relacionada, tendo mais de uma intenção ou repercussão nas vítimas.

Essa classificação deixa claro, mas, para não deixar margem de dúvidas, é importante frisar que o mero ataque e confronto de ideias não é violência política de gênero ou raça. O debate e a confrontação fazem parte da política e da atividade parlamentar, portanto não se configura violências disputas em torno de pautas, ideais, projetos ou meramente por essas discussões serem feitas com uma parlamentar mulher. A violência política de gênero e raça envolve agressividade e o conteúdo que está sendo produzido.

Quando as mulheres políticas são atacadas apenas pelas suas ideias políticas, não se trata de um caso de violência contra as mulheres na política. Contudo, a ambiguidade torna-se evidente quando a forma de atacá-las é através da utilização de estereótipos, e centrando-se nos seus corpos e papéis tradicionais de gênero, principalmente como mães e esposas, o que nega ou prejudica a sua competência na esfera política. (Krook e Sanín, 2016, p. 139, tradução nossa)

Embora não haja levantamentos sobre a prevalência da violência política de gênero, o Ministério Público Federal (MPF) divulgou em 2023 que havia 124 casos monitorados pelo órgão. Ou seja, são 124 denúncias de casos de violência política de gênero que estavam sendo investigados e acompanhados e que podem, ou não, ter virado processos criminais. O número real de denúncias pode ser maior, já que há denúncias feitas diretamente nos MP estaduais. Pelo contexto recente da lei e da naturalização da violência como forma de exercer a política, a subnotificação também é um fator importante para a baixa quantidade de denúncias.

Dado que essa é uma discussão recente no Brasil, não há nenhuma pesquisa com uma amostra grande de candidatas e políticas, para geração de dados confiáveis sobre a prevalência de episódios de violência política de gênero e raça. Portanto, não há como

acompanhar variações do padrão de violência. No entanto, há alguns entendimentos importantes, como o fato de que a violência política é maior em períodos eleitorais (Krook e Sanín, 2016, p. 137) e que quanto mais marcadores sociais o sujeito possui, mais está exposto à violência. (Biroli, 2016, p. 579)

Levando em conta esses entendimentos teóricos e o contexto descrito anteriormente, este relatório descreve criticamente a produção do livro-reportagem “*Alguém tem que aguentar: mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina*”, que trata sobre violência política de gênero e raça contra vereadoras eleitas em Santa Catarina, discute o cenário de participação política das mulheres no estado e a aplicação da lei de violência política de gênero.

O foco territorial do trabalho é o estado de Santa Catarina, devido à capacidade limitada de desenvolver o trabalho em um contexto mais amplo. Para além disso, o número de ocorrências de episódios que podem ser entendidos como violência política de gênero são empiricamente relevantes. Houve episódios no estado de ataques coordenados contra várias mulheres eleitas, principalmente a vereadoras feministas, que levantam questões de grupos minorizados em seus mandatos. Sendo elas as principais atacadas, o livro também tem esse foco: vereadoras - as mulheres que estão na base da política.

Na escolha de fontes, também foram buscadas mulheres que ativamente e de forma consciente buscam romper o lugar de submissão das mulheres na política. Além disso, leva em conta características de interseccionalidade, para tratar diferentes aspectos que diferentes experiências sociais geram, como as especificidades das experiências de mulheres negras no ambiente político. De acordo com Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a interseccionalidade pode ser definida como

como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa definição ajuda na compreensão de que entendimento de que as opressões advinda das desigualdades de poder tem um contexto histórico e social e não são excludentes. Marcadores sociais da diferença como raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam

de forma isolada ou são excludentes, pelo contrário, eles interagem, se sobrepõem e criam experiências de exclusão e de violência que combinam fatores.

Além disso, buscando certa representatividade regional, também foram ouvidas fontes de várias regiões do estado, que conta com certos aspectos diferentes conforme a região. Em geral, foi relatado que quanto mais no interior do estado e mais pequenos os municípios, mais as mulheres estão expostas à violência.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

### 1.1.1 Pauta

A escolha da pauta para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se deve, primeiro, à percepção de sua importância social e política. Segundo Miguel e Biroli (2014), o gênero atravessa toda a sociedade, sendo um dos eixos centrais na organização das experiências no mundo social, que é estruturado a partir da política. Sendo assim, a violência política é mais um empecilho articulado dentro desse organizador social, que barra a participação efetiva das mulheres nos espaços de poder. O mesmo se pode dizer para a raça, sendo mais um dispositivo de exclusão do ambiente político.

Em segundo lugar, apesar de sua emergência, a temática é pouco abordada pelo jornalismo. Compreensível pelo fato de que a violência política de gênero teve uma entrada recente no universo formal da legislação e o jornalismo tem certo caráter normativo. Pelas pesquisas e leituras de matérias jornalísticas sobre o tema, feitas na pré-apuração do livro-reportagem, quando são noticiados, os episódios são veiculados como isolados e sem tensionamento sobre seu caráter sistemático, de uma estrutura política que é voltada para reproduzir o poder para aqueles que possuem privilégios sociais.

Nas notícias lidas, ameaças de morte e de estupro contra mulheres eleitas nem são nomeadas como violência política de gênero. Portanto, a nomeação, o registro e a criação de narrativas trazem luz à temática, estabelecem consensos sociais e vão na própria contramão do esforço de silenciamento produzido pelas violências de gênero. De acordo com Leonara de Araújo Alves (2022), “a concepção de que as mulheres não devem fazer parte da política — que é a base da violência política de gênero — não pode ser apenas punida, ela tem que ser revertida, na formulação de outras narrativas”. Esse projeto, então, tem o propósito de ser uma contribuição jornalística para a construção dessas outras narrativas.

Trabalhar a violência política de gênero a partir do jornalismo também traz o entendimento de que o jornalismo pode contribuir para essas novas narrativas. O jornalismo pode ser entendido como uma forma social de conhecimento (Genro Filho, 2012) que age socialmente e que tem o potencial para produzir mudanças culturais.

Além disso, por ser pouco tratado, há o ineditismo do tema. Não há nenhum trabalho na área de jornalismo que trate de violência política de gênero e raça em Santa Catarina com a abrangência e profundidade aqui propostas. Muito desse ineditismo talvez venha da naturalização das violências no ambiente político, o que faz com que agressões sejam consideradas cotidianas. Isso desafia o jornalismo a “produzir uma abordagem complexificada de fatos cotidianos, sejam eles inéditos, sejam questões sociais com as quais convivemos há tempos e nos parecem ordinárias” (Moraes, 2022, p.10).

A violência política de gênero e raça pode também não estar sendo entendida como uma pauta jornalística relevante. Desde a escolha de uma pauta, até a construção de narrativas há uma perspectiva masculinista na prática do jornalismo, como aponta Márcia Veiga da Silva (2010) na sua dissertação “Masculino, o gênero do jornalismo”. Ao pesquisar a rotina de produção jornalística da emissora de televisão RBS, seu estudo infere que:

os valores e concepções hegemônicos de gênero eram reproduzidos nas matérias e resultavam na representação da heteronormatividade como padrão social de desigualdade que estava a orientar. Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino, mas também os valores classe média e geração (meia idade), brancos, heterossexuais, entre outros, estavam mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias (Veiga da Silva, 2017, p. 199).

Márcia também conclui que os atributos de gênero dos jornalistas estão muito intrincados no processo de produção, o que revela que o próprio “jornalismo é constituído de hierarquias de gênero, indicando uma ligação entre a cultura profissional e o plano de valores mais geral da sociedade”. Terezinha Silva e Vera França (2017) também apontam que os valores sociais hegemônicos edificam os valores-notícia. As escolhas do que é noticiado e de que forma é veiculado passam pelo enquadramento dos acontecimentos, em “quadros de sentido”, baseados em valores e visões de mundo construídas de forma sociocultural. Este processo tende a produzir e reproduzir representações com base em valores do senso comum, como o masculinismo, a heteronormatividade e desigualdades raciais e de classe.

Para as autoras, os interesses ideológicos que perpassam as práticas do jornalismo e estabelecem critérios de noticiabilidade “estão relacionados com valores sociais, com jogo de forças, com tendências e traços culturais” e podem ser verificados somente com a análise

posterior da cobertura jornalística dos acontecimentos, dos enquadramentos e do que vira notícia (Silva e França, 2017, s/p). Mesmo com a tendência de reprodução de valores sociais hegemônicos na prática jornalística, as autoras também mostram a possibilidade desses valores serem questionados.

É plausível pensar que os critérios de escolha dos agentes jornalísticos também são orientados por valores sociais que, ao mesmo tempo, através de suas narrativas, são reafirmados, questionados ou atualizados. (Silva e França, 2017, s/p)

Mesmo que as mídias jornalísticas não estejam pautando o tema, percebe-se que quando este projeto começou, antes das eleições de 2024, havia ainda menos produção e discussão da temática. Ao longo das eleições de 2024 a violência política de gênero foi mais discutida em comparação com outros pleitos, principalmente por campanhas desenvolvidas pela Justiça Eleitoral. Além disso, pesquisas acadêmicas têm surgido sobre a temática.

Por fim, há a minha afinidade com a pauta. Desde a adolescência estou inserida em discussões feministas, em espaços do movimento estudantil e em ambientes de discussão e formação política. Meu interesse pela política e gênero surgiu ainda antes do interesse no jornalismo. Muito da minha produção de reportagens ao longo da graduação foi feita em torno de temáticas de gênero e sexualidade.

De forma mais específica, a ideia deste projeto surgiu em 2022, depois de realizar uma reportagem perfil da vereadora de Criciúma, Giovana Mondardo (PCdoB). Naquele momento, ela era a vereadora mais jovem eleita na cidade, exercendo seu primeiro mandato, a única parlamentar de oposição na cidade, abertamente feminista e pró-direitos LGBTQIA+. Em entrevista, Giovana relatou diversos episódios em que foi desacreditada, diminuída, assediada e ameaçada de morte. Todas as violências que sofreu, principalmente no início do mandato, geraram uma série de dificuldades, como questões psicológicas e isolamento político. Geraram ainda vários processos judiciais que políticos da extrema-direita da região moveram contra ela.

Os relatos da vereadora mobilizaram sentimentos profundos de tristeza e indignação que viraram uma vontade de produzir algo a partir do jornalismo. Portanto, esse livro-reportagem nasce de uma necessidade de denunciar a que as mulheres são submetidas ao osarem ocupar espaços sociais de poder e do desejo de fazer circular histórias de resistência. Porque apesar de todos os assédios, os ataques e as ameaças, nós mulheres seguimos em frente e em luta.

### 1.1.2 Formato

No livro “*Páginas ampliadas*”, Edvaldo Lima defende que o livro-reportagem é um produto que compõe o jornalismo e que ao mesmo tempo ajuda a ampliá-lo. “O livro-reportagem estende a função informativa e orientativa do jornalismo impresso cotidiano” (Lima, 1993, p. 55). Mesmo com contexto de diminuição significativa do jornalismo impresso, o livro-reportagem ainda cumpre o papel de ampliação do jornalismo cotidiano, ele preenche lacunas deixadas pela necessidade de agilidade ainda mais demandada pelo jornalismo diário online e aprofunda histórias que são pouco ou ainda não noticiadas.

Lima (1993, p. 29) também conceitua o livro-reportagem como um “veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos”. A partir dessa conceituação fica mais evidente a necessidade de desenvolver esta pauta a partir de um livro-reportagem, para retratá-la da forma o mais complexa e profunda possível, entendendo que isso também envolve um desenvolvimento mais extenso da pauta.

O trabalho aqui descrito buscou essa amplitude, tanto de caráter horizontal e vertical, abrangendo um número considerável de fontes e buscando o aprofundamento dessas histórias. O formato também favoreceu a abordagem de aspectos psicológicos dos episódios de violência. O livro-reportagem descreve e se preocupa com os sentimentos, com o modo como as mulheres foram afetadas pelas violências, como aspectos da sua personalidade vão sendo restringidos para ocupar o trabalho político, elementos que dificilmente têm espaço no jornalismo cotidiano.

Tratar a violência política de gênero e raça a partir de um livro-reportagem traz a profundidade necessária ao tema. O livro-reportagem, frequentemente é entendido como uma das produções com mais status dentro do jornalismo, então fazer um livro-reportagem é dizer que essas histórias merecem estar em um “produto nobre”. Histórias de mulheres merecem ser tratadas pelo jornalismo com toda a sua complexidade, nesse caso, retratado como as mulheres na política têm poder de agência e também são vitimizadas e como vem se organizando de forma individual e nas instituições para aumentar sua representação. Essa proposta vai na contramão de um movimento que o jornalismo historicamente fez. Segundo Silva e Moraes (2019).

No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente (Silva e Moraes, 2019, p. 12)

A escolha de formato bem como a escolha de fontes, processos de entrevistas, edição, classificação e hierarquização de informações são inerentes ao processo do jornalismo. Todas foram tomadas de forma mais consciente possível, com intuito de valorizar as histórias e discursos de mulheres comprometidas com os direitos femininos. É um trabalho que faz parte do que vem se chamando de jornalismo com perspectiva de gênero (Gustafson, 2018) ou jornalismo feminista. Está inserido em um contexto em que a visão de objetividade no jornalismo vem sendo tensionada justamente por perspectivas feministas.

A visibilidade feminina no jornalismo vem há tempos sendo tema de questionamentos e análises no espectro acadêmico - mas é a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reprodutora de representações violentas. (Silva e Moraes, 2019, p. 11)

O trabalho também tem o intuito de levantar o aspecto coletivo da violência política de gênero e raça; de colocar em discussão que uma democracia não se realiza sem que mais da metade da população consiga exercer sua participação política de forma efetiva e que sua segurança seja garantida ao ocupar cargos públicos.

O trabalho que talvez mais se aproxime da proposta deste projeto, mesmo não se tratando de jornalismo, é o livro organizado por Manuela D'Ávila (PCdoB) “*Sempre foi sobre nós*”. Ele é uma das referências e inspirações deste trabalho, traz uma série de depoimentos sobre episódios vividos por políticas conhecidas nacionalmente. No trabalho aqui proposto, busca-se o contrário: mulheres que estão na base da política, que tem atuação local ou regional.

Outra inspiração importante de ser citada para o desenvolvimento desse trabalho é o livro da jornalista Adriana Negreiros - “*A vida nunca mais será a mesma: Cultura da violência e estupro no Brasil*”. É um livro-reportagem muito bem construído, que traz as técnicas de reportagem clássicas e a própria experiência da autora em ter sofrido um estupro, abordando as consequências da violência para ela e outras vítimas. Além disso, traz várias cenas que ambientam e ajudam a entender como a mulher é tratada e retratada na sociedade

brasileira. Considero que em trabalhos tratando de violências de gênero, o relato das autoras é importante, pois inclui a dimensão de que todos estão envolvidos no problema. Além disso, mostra transparência nos processos de apuração e tratativas com as fontes.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste TCC é desenvolver um livro-reportagem sobre violência política de gênero e raça contra vereadoras eleitas em Santa Catarina, bem como discutir o cenário de participação política das mulheres no estado e a aplicação da lei de violência política de gênero.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar e estudar referências bibliográficas necessárias para compreender a temática e fundamentar o trabalho;
- b) Entrevistar vereadoras eleitas em Santa Catarina que passaram por violência política para compreender e relatar as práticas violentas vivenciadas e as consequências em sua vida e em sua atuação política ;
- c) Entrevistar pesquisadoras na temática visando compreender o fenômeno de modo mais amplo;
- d) Colaborar com a ampliação do conhecimento sobre o tema, a partir da produção de um livro-reportagem, de cerca de 130 a 150 páginas diagramadas, organizado em 12 capítulos, dos quais 9 focados na história das fontes e 3 discutindo contexto e dados sobre o tema.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 FONTES

Segundo Fabiana Moraes (2022, p.10), “a pauta vai enquadrar algo a partir de um ou de poucos olhares, que será compartilhado com o público mais amplo. Ela diz: algo está

acontecendo e vocês devem saber”. Grande parte do desenvolvimento da pauta de uma reportagem é a escolha de fontes. Todas as fontes entrevistadas neste trabalho são mulheres, então o livro é completamente enquadrado por olhares de mulheres, que dizem o que elas consideram ser necessário o público saber.

A escolha de fontes foi um processo bastante importante da produção deste trabalho. A tentativa foi de buscar um número significativo de fontes, com diferentes vivências e de diferentes regiões do estado. Esse processo é parte importante de todo trabalho jornalístico. Segundo Daiane Bertasso e Jessica Gustafson (2022, p.42), “as fontes no jornalismo ocupam um lugar central na construção das notícias, reportagens e grandes reportagens, especialmente porque são elas que sustentam o caráter objetivo dessas produções jornalísticas”.

As fontes relatadas no texto deste trabalho foram:

1. Carla Ayres (PT), vereadora de Florianópolis nos mandatos 2021-2024 e 2025-2028. Entrevistada em 13/06/2024;
2. Maria Tereza Capra (PT), vereadora de São Miguel do Oeste em três legislaturas: 2013-2016, 2017-2021, 2021-2024. Entrevistada em 02/07/2024;
3. Marlina Oliveira (PT), vereadora de Brusque por um mandato: 2021-2024. Entrevistada em 29/05/2024;
4. Giovana Mondardo (PCdoB), vereadora de Criciúma em dois mandatos: 2012-2024 e 2025-2028. Entrevistada em 27/08/2024;
5. Tânia Ramos (Psol), vereadora de Florianópolis de 2023 a 2024. Entrevistada em 27/05/2024;
6. Cintia Mendonça (Psol), vereadora de Florianópolis por um mandato: 2021-2024. Entrevistada em 20/08/2024
7. Rayza Sarmiento, doutora em Ciência Política, pesquisadora dedicada a temas que articulam política, gênero e comunicação. Entrevistada em 08/10/2024;
8. Raquel Branquinho, Procuradora de Justiça do Distrito Federal e coordenadora do Grupo de trabalho de Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal (MPF). Entrevista em 04/10/2024.

Ainda foram ouvidas mais duas fontes, cujas entrevistas não entraram no material final:

- Joana Célia dos Passos, vice-reitora da UFSC e coordenadora da pesquisa “Participação Política e Enfrentamento às Violências de Gênero e Raça na América

Latina e Caribe violência política de gênero e raça na América Latina”. A entrevista com a vice-reitora não entrou no material final, pois a pesquisa começou no início de 2024 e estava pouco avançada no período de produção deste TCC. No entanto, ela recomendou muitos materiais que ajudaram minha compreensão e que entraram no material final, como a Cartilha do Ministério das Mulheres “Mais mulheres no poder, mais democracia”, que trouxe dados para a minha reportagem. Entrevistada em 02/08/2024;

- Joana Maria Pedro, professora do Programa de Pós Graduação em História e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Foi procurada por coordenar a pesquisa “Histórias de mulheres eleitas: candidaturas e exercício de cargo político no Cone Sul (1982-2019)”. No entanto, ao longo da entrevista ela apenas relatou sobre as prefeitas eleitas em Santa Catarina, as quais ela entrevistou. O que se afasta muito do recorte específico deste trabalho e trazia relatos indiretos da violência política que as mulheres sofreram. Mas a historiadora trouxe uma perspectiva importante que ajudou a compreender o grande avanço da direita ao eleger mulheres no estado, colaborando para abordarmos neste trabalho algo desses movimentos de direita relacionado aos direitos das mulheres. Entrevista em 10/10/2024.

O planejamento deste trabalho ainda previa entrevistar a vereadora por Joinville, Ana Lúcia Martins (PT). Ela foi a primeira mulher negra eleita na cidade e também sofreu ameaças no contexto da cassação do mandato de Maria Tereza Capra, o que está citado no trabalho. Foi tentado por diversas vezes marcar com a assessoria dela uma entrevista, mas foi desmarcada duas vezes. Depois foi pedido que eu aguardasse o fim do período eleitoral para poder conversar com ela. Depois dos dois meses da campanha, a assessoria gostaria que mandasse perguntas escritas para que ela enviasse as respostas. Então, no fim a entrevista foi negada pelo entendimento de que não é adequado tratar de um tema sensível, mediado por assessores e retratar a história de uma pessoa que nem chegou a ser realmente entrevistada. Mais tarde, a própria Ana Lúcia se desculpou por mensagens pelas dificuldades.

No entanto, a falta de Ana Lúcia no trabalho é uma lacuna importante na apuração, pois ela é uma das mulheres que mais sofreu com violência política em Santa Catarina. Além da ameaça junto com as outras vereadoras, ela sofreu muita violência racista e andou escoltada durante boa parte de seu mandato.

## 2.2 APURAÇÃO

A pauta e sua abordagem é instrumento fundamental na produção de sentidos que o jornalismo constrói sobre o mundo. Segundo Terezinha Silva (2022, p. 33), “se a elaboração da pauta é importante para pensar uma matéria noticiosa do dia-a-dia, torna-se ainda mais relevante para organizar a produção de reportagens, sobretudo as especiais ou grandes reportagens”. O processo de apuração deste trabalho começa então na definição da pauta e seu enfoque.

A definição do tema para o meu TCC foi feita antes do formato. Já no semestre 2023.2, quando cursava a disciplina de metodologia, fiz uma proposta de pesquisa do tema para começar a pesquisa bibliográfica. No entanto, desde o início percebi que o tema violência política de gênero é bastante específico e não possui uma produção acadêmica tão vasta, ou seja, ainda é pouco pesquisado, o que reforça a importância de trabalhos como este TCC.

Enquanto elaborava meu projeto, no primeiro semestre de 2024, cursei Jornalismo, Gênero e Diversidade como disciplina optativa para ter mais conhecimento e também bibliografia na área de gênero. A disciplina não estava prevista no meu currículo (2016) como disciplina obrigatória. Nessa busca por aproximação da área de estudos de gênero, também participei como monitora voluntária no 13º Fazendo Gênero, que aconteceu na UFSC entre 29 de julho e 2 de agosto de 2024. Considero tudo isso como parte da apuração, pois fez parte de um processo longo de me sentir apta e com conhecimento suficiente para fundamentar e desenvolver o trabalho. No entanto, o processo mais direto se deu entre maio e outubro de 2024.

A apuração consistiu basicamente em pesquisa na mídia e em redes sociais, pesquisa bibliográfica, entrevistas com fontes, participação em eventos sobre violência política de gênero, questionamentos escritos para assessorias de imprensa e pedidos de acesso à informação para órgãos públicos. Além disso, também consultei gravações de sessões, documentos públicos e acesso de dados públicos já disponíveis na internet. De acordo com Silva (2022, p.38), torna-se cada vez mais comum o acesso de bancos de dados públicos para a apuração de reportagens. O acesso aos dados do TSE, principalmente sobre candidatos, eleitos e prestações de contas, também foram muito importantes para este trabalho.

Assistir a sessões legislativas e eventos importantes disponibilizados em canais do Youtube também foi muito utilizado para a reportagem. A sessão de cassação de Maria Tereza, por exemplo, foi assistida, e durou mais de nove horas. Todas as sessões de investigação sobre o processo de Carla Ayres, a sessão em que Tânia denunciou a presença de um objeto de tortura em uma exposição e a sessão em que Cíntia Mendonça teve sua fala interrompida também foram assistidas. Esse processo ajudou a confirmar informações que as fontes relataram nas entrevistas e ter acesso aos contextos.

Nesse sentido, apurar informações que acontecem em instituições públicas facilitam o acesso, pois mesmo o que já não está disponível pode ser acessado e isso foi feito por diversos pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI). Fiz uma lista de pedidos de LAI para este trabalho.

1. Pedido de Lei de Acesso à Informação para o Ministério Público Federal, relativo a dados de denúncias sobre violência política de gênero;
2. Pedido de LAI para o MPSC sobre dados de denúncias de violência política de gênero feito no órgão estadual. Acessei todos os processos estaduais pelo número que o órgão me forneceu;
3. Pedido de LAI para o MPSC relativo ao número do processo de investigação sobre a manifestação acusada de apologia ao nazismo em São Miguel do Oeste. Número nº 06.2022.00004402-6, que pode ser acessado na íntegra no site do MPSC;
4. Pedido de LAI para a Polícia Federal de Santa Catarina, questionando os motivos para que a escolta do órgão tenha sido negada para a vereadora Maria Tereza Capra;
5. Pedido de LAI para a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, para acessar o processo completo contra a vereadora Maria Tereza Capra;
6. Pedido de LAI para a Câmara Municipal de Florianópolis, relativo a informações acerca do objeto de tortura que estava em exposição, na Câmara, denunciada pela vereadora Tânia Ramos;
7. Pedido de LAI para a Câmara Municipal de Brusque relativo à íntegra do processo de quebra de decoro contra a vereadora Marlina Oliveira.
8. Pedido de LAI para Assembleia Legislativa de Santa Catarina relativo à gravação do Congresso antifeminista realizado na Casa.

Eu também acessei vários documentos que já são públicos, como processos judiciais e inquéritos do MPSC, a exemplo de todo o inquérito de investigação por improbidade administrativa contra Maria Tereza Capra. O conhecimento de processos legislativos e do funcionamento da estrutura do Ministério Público e do Judiciário, que obtive fazendo estágio no MPSC e na Alesc, e os cursos sobre LAI, que fiz durante a graduação, foram essenciais para realizar esse processo de apuração.

As entrevistas foram as partes mais marcantes do trabalho, sem dúvida. Planejei de forma geral o que não poderia faltar no trabalho, criando um roteiro de perguntas, que está em anexo. No entanto, cada entrevista foi única, porque cada história é diferente. O roteiro serve mais para no momento de pré-apuração estabelecer o que é necessário para que o trabalho seja abrangente todas as questões que querem ser tratadas.

Todas as mulheres se mostraram abertas para falar sobre o tema, de forma mais ou menos personalizadas. Eu tentei ser o mais cuidadosa possível para não causar revitimização, principalmente pesquisando muito antes de realizar as entrevistas. O caso da Carla Ayres, que sofreu uma violência física, foi o mais emblemático nesse sentido. Pesquisei muito, vi e revi as imagens e toda a sessão em que a agressão ocorreu, assim como os depoimentos dela, para não precisar que ela me descrevesse a cena, evitando assim que repetisse o que já havia dito nos depoimentos.

No entanto, em alguns momentos foi impossível para as entrevistadas, e para mim, não se emocionar. Uma passagem muito emocionante foi quando Maria Tereza Capra relatou a primeira vez que viu o mar. Ela emocionou-se contando e eu, enquanto uma mulher que veio do interior de Santa Catarina, tive muita identificação. Me emocionei junto, por ter a mesma memória muito fresca e muito marcante para mim.

Os relatos de Giovana Mondardo me emocionaram também profundamente, assim como já havia acontecido em 2022. Como cito no início do livro, a história dela inspirou este trabalho. No segundo semestre de 2022, estava cursando a disciplina de Jornalismo Especializado em Política e uma das tarefas era fazer uma reportagem perfil de qualquer pessoa eleita no estado. A situação política de Giovana me interessava muito, ainda mais com a segunda edição da Parada LGBTQIAPN+ sendo realizada, depois de Criciúma ter ficado muitos anos sem o evento. Na entrevista dela para o perfil, me relatou tanta violência, inclusive um caso de assédio sexual, que nós duas choramos em uma lanchonete de um supermercado.

A entrevista com Giovana em 2024 foi realizada pela plataforma Conferência Web, assim como com as vereadoras de outras regiões. As entrevistas presenciais foram feitas apenas com as vereadoras de Florianópolis. O meu desejo, enquanto planejava o trabalho, era viajar para as regiões do estado para entrevistar novamente e acompanhar pelo menos alguma sessão das fontes. As entrevistas e observações presenciais enriquecem a narrativa e permitem novas percepções, como defende Silva (2022, p. 39). Mas a apuração em outras cidades se mostrou inviável dada minha limitação de orçamento e meu trabalho presencial.

Também tive contato presencial com Maria Tereza, Giovana, Ana Lúcia e Carla em um evento realizado na UFSC, em 30 de abril de 2024. O lançamento da pesquisa “Participação Política e Enfrentamento às Violências de Gênero e Raça na América Latina e Caribe”, teve a participação das vereadoras, relatando os episódios de violência que sofreram. Escutá-las nesse evento foi a primeira atividade de apuração que fiz. Depois do relato parti para as pesquisas e após um tempo, as entrevistas.

### 2.3 ESCRITA

O processo de escrita do trabalho começou antes de finalizar o processo de apuração, em certa medida por questão de tempo, mas também por minha empolgação em avançar para essa parte. Comecei a escrever em meados de julho e em agosto já tinha cerca de 30 páginas, que foi o primeiro material que a orientadora leu. No início tentei apenas soltar no papel tudo o que havia apurado e depois ir refinando com a proposta do texto, que foi mudando com o tempo, mas no início era mais fragmentado, com história das fontes intercaladas com fatos, dados e informações relacionadas à sub-representação política das mulheres. No entanto, começar sem ter terminado a apuração dificultou um pouco a elaboração. Na primeira versão, comecei a reportagem com uma cena que descrevia um encontro da vereadora de Joinville, Ana Lúcia Martins (PT), com outras mulheres negras, fonte que acabei nem conseguindo entrevistar, como já citei antes.

Depois de finalizar o produto, penso que as etapas de produção poderiam ter sido muito mais organizadas, como só começar a escrever depois de ter colhido todo o material da apuração. Segui um caminho parecido com todas as reportagens que já fiz: apurei o básico, escrevi e depois fui apurando mais para preencher as lacunas que percebia no momento de escrita. Materializar o texto no papel faz com que eu consiga perceber as faltas, mas esse modelo funciona muito mais fácil em reportagens de 5-8 páginas, que era o máximo que já havia feito antes.

O estilo de texto também mudou radicalmente do início do processo para a versão final. A ideia inicial era um trabalho com uma perspectiva mais literária e menos linear, mas era difícil articular tantas informações e ir e voltar nas histórias das entrevistadas. Os capítulos estavam longos demais, bastante descritivos e sem muita fluidez, ou seja, chatos. Para escrever bem nesse estilo que estava propondo deveria ter menos fontes, fazer um trabalho mais recortado, ter um tempo muito maior do que eu tinha para escrever ou muito mais experiência em narrativas mais longas. As primeiras correções e conversas com a orientadora, trouxeram a perspectiva de fazer um texto “mais jornalístico”, no sentido de ter uma linguagem mais direta e um texto “mais limpo”. Todas as conversas, leituras e apontamentos da orientadora foram muito boas para a construção do texto, provavelmente se insistisse na ideia inicial não teria conseguido concluir o trabalho.

Na versão final, cada capítulo retrata uma mulher e aborda certo aspecto da violência política que marca sua trajetória. Uma solução para que não fossem “perfis” de cada vereadora, o que nunca foi meu desejo. Por exemplo, a história de Maria Tereza Capra (PT) retrata muito o contexto de radicalização à extrema-direita no interior do estado, que resultou em uma perseguição política contra ela. O capítulo da Carla Ayres (PT) mostra como é difícil a busca por responsabilização da violência política de gênero, tanto no âmbito da política quanto do judiciário. Já nos capítulos de Marlina Oliveira (PT) e Tânia Ramos (Psol), mulheres negras, é o aspecto racial da violência política que se sobressai. No caso de Giovana Mondardo (PCdoB), o principal aspecto é como a violência afeta a saúde mental. Já o capítulo de Cíntia Mendonça (Psol), mostra como as violências psicológicas também são danosas e acontecem também dentro dos próprios partidos. Adotei a estrutura de “retrancas” dentro dos capítulos, para guiar melhor tanto a escrita como a leitura. Os intertítulos também possibilitam mais “pontos de pausa”, para que o(a) leitor(a) possa parar e retomar mais facilmente a leitura mais tarde, já que são capítulos de conteúdos densos.

Além disso, em outros três capítulos, discuto a sub-representação das mulheres na política, os movimentos antifeministas em Santa Catarina, números de denúncias e o que está sendo feito nas instituições para combater as violências de gênero e raça na política. O último capítulo discute os porquês das vereadoras retratadas continuarem na política e nas lutas feministas. Trago isso para encerrar porque a resistência é talvez a resposta mais eficaz contra a violência que quer retirar mulheres do espaço público. Essas mulheres se colocam como as pessoas que vão “aguentar” para tentar transformar o ambiente político em um local seguro para as próximas mulheres que virão, o que elas mesmas não têm para si.

De forma prática, para escrever este livro-reportagem todas as gravações de entrevistas foram colocadas no Google Pinpoint, para serem transcritas. Eu ouvia o material, corrigia a transcrição e ia passando para o documento de texto o que seria desenvolvido no trabalho. A partir disso, juntava com as demais informações que tinha ou marcava o que deveria ser apurado mais tarde. Então, depois de finalizar o capítulo eu revisava o texto e ouvia mais uma vez a entrevista, para me certificar de que nenhum detalhe foi esquecido ou verificar se algum aspecto importante da história não havia sido citado no texto.

Já ouvi em muitas entrevistas, jornalistas e escritores dizerem que o trabalho de escrita é solitário, no entanto não me senti sozinha. Ao escrever me senti novamente em diálogo com as entrevistadas. Durante a escrita também foi o momento em que senti mais o peso da responsabilidade, de checar a maior quantidade de informações possíveis, tentar não cometer nenhum erro factual e de retratar minhas entrevistadas da forma mais “justa” possível. Escrever sobre alguém é de certa forma criar uma imagem a quem irá ler esse texto e a maior preocupação, nesse caso, é de não retratá-las apenas como vítimas. Elas sofreram e sofrem com a violência política de gênero e raça, mas resistem e a enfrentam. Tentei também manter a narrativa no plano público, não explorar muito a vida privada das fontes, porque a violência que sofrem é no espaço público.

O livro também tem certos momentos que são mais de “embate”, como quando cito os acusados de cometer violências ou retrato atores envolvidos em ataques aos direitos das mulheres. Nesse caso, tive o cuidado de guardar registros como documentos, boletins de ocorrência, processos, capturas de telas, vídeos e imagens, mesmo que disponíveis na internet, para caso haja necessidade em processos judiciais.

Esse é outro aspecto relevante desse trabalho, de nomear as pessoas envolvidas nos casos. A cassação da vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza (PT), por exemplo, é um episódio que foi bastante noticiado, mas eu nunca havia lido em nenhum lugar quem foram as pessoas que pediram sua cassação. Também nunca havia lido na mídia quem decidiu que Marquinhos da Silva (PSC) não merecia ter o mandato cassado por agarrar Carla Ayres (PT) no plenário da câmara de vereadores de Florianópolis. O livro cumpre essa missão de nomear os agressores, de mostrar que as violências têm autor ou autores e também pessoas omissas ou cúmplices que contribuem para a perpetuação de situações humilhantes e degradantes.

## 2.4 PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

A diagramação do livro foi realizada por Luana Soares, designer do Rio Grande do Norte, que também fez as ilustrações de capa e do interior do livro. Apesar de ter pedido para ser avaliada pela banca apenas pelo texto, tive a preocupação de desenvolver um trabalho esteticamente bonito, que conceitualmente complementasse e valorizasse a apuração e a escrita. Já formatar o livro também tem o propósito de estar pronto para publicação ou inscrição do livro em editais.

A ideia principal do projeto gráfico foi a subversão de elementos historicamente associados ao feminino, como as flores e a cor rosa. Esses elementos foram trazidos de forma que exaltam a força e a resistência das mulheres na política, o que é retratado no livro. A flor tem destaque para os espinhos, que fornecem proteção, e o rosa é muito mais próximo do vermelho, cor historicamente associada aos movimentos de trabalhadores e ao campo da esquerda de forma geral. O preto do verso da capa traz contraste, força e certa elegância, que combina com as fontes serifadas do corpo do livro. As fontes serifadas foram escolhidas porque remetem ao jornalismo, também são tradicionais de livros e combinam com a seriedade do tema.

O projeto gráfico foi desenvolvido entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025, com diversas reuniões para discussão sobre os elementos a serem utilizados, definição de cor, capa e elementos das ilustrações e diagramação.

## 3. ORÇAMENTO

A presente seção detalha os custos para realização deste trabalho. Todos os materiais necessários para a apuração, como computador, celular e internet já eram de minha posse. Não adquiri nenhum equipamento específico para a realização do trabalho. Os gastos de deslocamento, alimentação e serviços foram arcados com recursos próprios e os dois principais custos foram o pagamento da diagramadora do livro e a impressão de exemplares.

A diagramadora, Luana, cobrou um valor simbólico de 300 reais para ilustrar e diagramar o trabalho. O valor tão baixo é justamente por ser um trabalho de TCC, com baixos recursos para execução. Além disso, a designer é recém-formada e quis desenvolver esse trabalho como um exercício de diagramação para construção de portfólio. No entanto, uma remuneração justa, de acordo com a tabela de freelas do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, seria em torno de 5.255,28 reais. Essa é a previsão de remuneração por projeto gráfico, que foi efetivamente o que Luana desenvolveu. Fizemos reuniões de *briefing*, painéis

semânticos e discussão de imagens. Depois disso, ela fez uma proposta conceitual, construiu ilustrações, decidiu as fontes e estilos de páginas.

<b>Material/trabalho</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Custo</b>
Celular	Gravar entrevistas	R\$ 989,10
Notebook	Desenvolvimento da escrita e diagramação	R\$ 2.204,10
Internet/ 6 meses	Apuração e escrita	R\$ 774,00
Transporte	Passagem de ônibus/carro de aplicativo para apuração presenciais	R\$ 50
Alimentação	Alimentação apurações presenciais	R\$ 100
Projeto gráfico e Diagramação	Realização projeto gráfico e diagramação de livro	R\$ 300
Impressão	Impressão de material para a banca	R\$ 293,04
Escrita de reportagem		R\$ 78.748,46 <sup>1</sup>
Edição de texto		R\$ 25.193,75 <sup>2</sup>
<b>Total</b>		<b>R\$ 105.459,20</b>

\* Orçamento elaborado com base na tabela de freelas do Sindicato dos jornalistas de Santa Catarina

1. Baseado no preço de reportagem por lauda (1400 caracteres com espaço), com quatro fontes ou mais: R\$ 547,00 reais por lauda.
2. Baseado no preço de edição de texto para revista por lauda (1400 caracteres com espaço): R\$ 175,00 por lauda.

#### 4. DESAFIOS E APRENDIZADO

O livro-reportagem do qual trata esse relatório foi o trabalho mais árduo que já fiz em toda minha vida. O maior desafio foi uma carga gigante de trabalho, que se desdobra em todo o processo. Fiz uma extensa pesquisa bibliográfica sobre a violência política de gênero e raça e do que já foi produzido no jornalismo sobre o tema. Cursei uma disciplina especializada em gênero e participei de alguns eventos. A apuração foi longa, com diversas entrevistas sobre temas sensíveis. O processo de escrita também demandou muitas horas, revisões, reescritas e reestruturações. Houve também uma série de desafios pessoais e subjetivos durante o desenvolvimento do trabalho. Tudo isso será abordado mais profundamente neste tópico.

Os principais desafios vieram da extensão do trabalho, que demandou muita energia e me cansou muito. A apuração efetiva do trabalho começou no início de maio de 2024, mas desde março já estava pesquisando sobre o tema. As entrevistas com as vereadoras aconteceram praticamente todas até o fim de julho. A partir de agosto fiquei mais dedicada ao processo de escrita e na busca por fontes especializadas. Ao longo de agosto, setembro e metade de outubro havia muito pouco trabalho no meu estágio, na Assembleia Legislativa, em função do recesso parlamentar e das eleições. Então era comum eu passar seis horas escrevendo, revisando, reestruturando capítulos do livro ou fazendo pesquisa e busca por fontes, de segunda a sexta-feira. Duas entrevistas foram feitas durante o horário de meu expediente.

Meu TCC era a única coisa que estava fazendo e, quando não estava escrevendo, pensava que deveria estar escrevendo. Isso gera um desgaste natural e minha capacidade de concentração e de ficar tanto tempo trabalhando foi caindo, assim como a demanda de meu estágio foi aumentando. Meu trabalho no estágio é de escrita também, então nesse período eu praticamente só lidava com textos durante os meus dias. Esse processo foi me gerando grandes preocupações sobre a possibilidade de não entregar o TCC em dezembro de 2024, o que efetivamente aconteceu. Precisei de mais tempo para finalizar a escrita e a revisão, que terminou no dia 23 de dezembro.

Na construção do texto também tive o desafio da seleção. Como fiz muitas entrevistas e pesquisas, eu gostaria de falar de tudo, de cobrir cada aspecto do tema e do que cada fonte me falou, o que é impossível. Tive que deixar muita informação de fora. Inclusive duas entrevistas inteiras, como já citado. Essa vontade de falar de tudo se refletiu nas

primeiras versões do trabalho que escrevi, os capítulos eram muito longos e cheios de detalhes desnecessários. O que foi sendo corrigido com a edição do material e apontamentos da orientadora (obrigada, Terezinha).

No início do trabalho, eu gostaria de narrar as cenas de forma muito mais literária, mantendo certo “suspense” sobre alguns desfechos e retomando isso em capítulos seguintes. O que também alongava meu texto e foi sendo um empecilho. Como a apuração do trabalho é grande e quer mostrar que a violência afeta todas as mulheres na política, em especial as que afrontam estereótipos, narrar histórias de mais fontes e de forma mais direta foi uma escolha para facilitar as coisas. Desenvolver uma estrutura de capítulos com intertítulos também facilitou mentalmente a execução do texto. É difícil aliar informações detalhadas e aprofundadas com um bom ritmo e uma distribuição em capítulos de forma que seja coerente e ao mesmo tempo uma leitura interessante. Fiz o meu máximo nesse sentido.

Além da grande demanda de trabalho, a temática tratada também trouxe alguns desafios subjetivos para mim. Não é uma pauta fácil. Como parte da apuração, eu li várias ameaças que as vereadoras retratadas no livro receberam, além de outras mensagens transcritas em processos. As ameaças eram bastante gráficas e isso começou a me dar pesadelos. Tive vários sonhos em que era assassinada ou estuprada, tal qual as ameaças que tive contato. Isso me fez diminuir o ritmo da escrita, principalmente à noite. O processo de entrevistas trouxe à tona vários episódios em que eu mesma sofri violências de gênero.

Mais para o final do trabalho, no início de novembro, eu também fiquei doente. Tive que tomar uma série de antibióticos e não pude escrever por cerca de duas semanas, o que piorou minha ansiedade, tive que voltar a fazer tratamento com antidepressivo. Isso não está somente ligado à produção do TCC, obviamente, mas tem ligação com a maneira que eu enfrento trabalhos, com muita autocobrança.

Além disso, as entrevistas com as fontes e certos trechos do trabalho trouxeram a dificuldade de fazer um trabalho interessado em retratar as violências para as denunciar, mas sem revitimizá-las. As entrevistas aconteceram, em sua maioria, um ou dois anos depois das violências que foram tratadas, isso já é um ponto favorável. Mas tomei a decisão de aceitar o que elas me traziam, não interromper, escutar ainda mais atentamente do que em outras entrevistas que já fiz e não fazer certas perguntas. É uma tentativa de pôr em prática um diálogo possível (Medina, 2008, p.7).

Na entrevista com Carla Ayres (PT) minha principal escolha foi não pedir para ela narrar novamente a importunação sexual que ela sofreu. O caso foi amplamente divulgado

pela mídia, gravado pela Câmara Municipal de Florianópolis e com os depoimentos disponíveis, que eu procurei antes da entrevista com ela. Então, decidi que a entrevista seria focada em perguntar sobre as consequências, em como foi procurar o Judiciário, como foi conviver com o agressor, em como isso está ligado com outras violências que ela já sofreu no ambiente político.

Outro caso bastante sensível foi na entrevista de Giovana Mondardo (PCdoB). A vereadora de Criciúma passou por assédio moral e sexual, história sobre a qual eu já tinha conhecimento, pois ela havia me contado em uma entrevista em 2022. Durante a entrevista mais recente, perguntei se poderia escrever sobre o caso, Giovana me autorizou e detalhou ainda mais a história. Como ela não denunciou, eu não cito o nome do agressor e deixo essa escolha explicitada no trabalho. Eu pensei em retirar do texto, já que “não existem provas” para além do relato dela. No entanto, as violências de gênero, principalmente de natureza sexual, muitas vezes não têm provas como gravações de vídeo ou áudio. Nesses casos, a palavra da vítima tem um peso muito importante e o jornalismo tem um poder de escutar isso e dar uma certa “validação”. O caso aconteceu em uma casa legislativa, um ambiente público, mas longe das câmeras do plenário. Decidi retratar o caso sem identificação do agressor. O acontecido nos faz questionar quantas outras violências acontecem nesses espaços e que nunca ficamos sabendo porque geram muito constrangimento na vítima e uma denúncia pode fazer com que a própria mulher seja punida com isolamento político, com perda do mandato ou não se eleger mais. No contexto individual da Giovana, também é uma parte importante para entender como as violências afetaram a saúde mental dela de forma muito grave.

Outra grande preocupação foi não retratar as mulheres ouvidas para esse trabalho apenas como vítimas de violência. Sim, elas foram vitimadas, mas elas ativamente buscam saídas políticas e coletivas para isso, para transformar a situação. São pessoas atuantes politicamente para diminuir a misoginia e também proteger outras mulheres. Não tenho certeza se consegui cumprir esse objetivo, porque é muito difícil mostrar como a violência política de gênero teve muito impacto na vida delas e, ao mesmo tempo, não as retratar como pessoas planas, sem mais dimensões. No entanto, é uma questão que esteve em mente ao produzir o trabalho, principalmente, a partir do que Daiane Bertasso e Jéssica Gustafson (2022) propõem.

A experiência criativa e múltipla de cada identidade não deve ser limitada à discriminação sofrida. Tratar das "cicatrices" no âmbito jornalístico é importante, mas é preciso ir além. Ampliar o olhar, as abordagens, a escolha das fontes e das

temáticas se faz necessário para romper com uma suposta mudança de postura que segue limitando e delimitando sujeitos e sujeitos. (Bertasso e Gustafson, 2022, p. 55)

No caso das fontes especializadas, a dificuldade foi entrar em contato e conseguir agendar entrevistas. Como é um tema que começou a ser pesquisado mais recentemente, foi difícil encontrar pessoas que tratam da temática e que fossem acessíveis. Foram muitos e-mails enviados para diferentes pesquisadoras que até hoje não foram respondidos. A principal fonte pesquisadora do tema que aparece no trabalho é a doutora em Ciência Política, Rayza Sarmiento, cujo contato consegui com minha orientadora. No entanto, a dificuldade de ter aceites e agendar com fontes especializadas considero mais inerente ao jornalismo. Ao menos, foi um problema que me acompanhou ao longo de toda a graduação, o de fazer reportagens sem o nome de um veículo conhecido para que as fontes tivessem mais interesse em conceder entrevistas.

Os problemas de estrutura, de construção e de apuração foram sendo resolvidos com trabalho, discussão com a orientadora e leitura de pessoas próximas. Já a questão de cansaço mental e o modo como fui afetada no percurso da produção foram sendo resolvidas com um misto de descanso, lazer e cuidados com a saúde. Tentei preservar meus fins de semana o máximo possível, trabalhando apenas durante a semana, para ter momentos de pensar em qualquer outra coisa. Exercício físico, literatura de ficção e sair com os amigos me trouxeram algum alívio também.

Assim como houve vários desafios, houve vários aprendizados. O primeiro é que vale a pena se dedicar para algo em que você acredita, algo que é clichê e óbvio, mas que só consegui com a satisfação de terminar o trabalho. Escrever um livro é uma grande realização para mim e fazer isso como o trabalho final da graduação me deixa muito satisfeita e coroa um longo percurso de aprendizado no curso.

Em termos de jornalismo me sinto muito mais confiante na minha escrita, capacidade de apurar, tomar decisões e trabalhar com autonomia. Me sinto preparada para realizar novos trabalhos. Minha principal questão ao longo desses mais de cinco anos de graduação sempre foi sobre minha capacidade. Me questionei muito ao longo da graduação se eu sabia mesmo fazer jornalismo e se sabia escrever. Esse trabalho mostra para mim mesma que sim.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que este trabalho contribui para a discussão da violência política de gênero e raça e sobre as condições de participação que as mulheres têm no espaço político. Apesar de ter um foco regional, retratando esses contextos no estado de Santa Catarina, creio que as histórias refletem a de muitas outras mulheres, de várias regiões diferentes do Brasil.

Não existe nenhum trabalho de fôlego, seja livro, reportagem, teses ou dissertações que tratam de violência política de gênero e raça no estado de Santa Catarina. Esse TCC pretende também preencher uma lacuna que foi percebida, buscando contribuir tanto para as discussões no âmbito do jornalismo quanto dos estudos de gênero e também no ambiente político.

A disponibilização deste trabalho no repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina contribui para a criação de referência bibliográfica sobre violência política de gênero e raça e pode ser utilizado para o desenvolvimento posterior de novos trabalhos sobre a temática, sejam jornalísticos ou acadêmicos. A violência política ainda precisa ser muito explorada pelo jornalismo, espero que este trabalho possa inspirar outros TCCs de jornalismo na temática.

O livro-reportagem aqui relatado também demonstra a consolidação de conhecimentos jornalísticos desenvolvidos ao longo da graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. O processo de apuração e escrita me fez avançar em profundidade, extensão e qualidade de texto como nunca havia feito antes. Nesse sentido, o desenvolvimento deste TCC trouxe uma série de desafios para execução, que foram importantes para minha formação profissional. Ao longo do trabalho foram diversos processos de aplicação e exercício de técnicas aprendidas ao longo do curso, desde a pré-apuração até a edição do produto.

Então, este trabalho cumpre um papel de exercitar a capacidade de produzir autonomamente um longo processo de apuração, com oportunidade de lidar com escolhas e processos de edição que são requisitados no cotidiano do jornalismo. Todo o processo para executar este trabalho foi um esforço de unir conhecimentos teóricos de jornalismo e de gênero com a realização de um produto narrativo. Foi o exercício de uma *práxis* que desejo levar para toda minha trajetória no jornalismo.

Além disso, a nível pessoal, este TCC cumpre um papel de desafio e de satisfação: o de encerrar a graduação com um livro-reportagem, produto nobre da produção jornalística.

Também no sentido de realização pessoal, solicito à banca o embargo deste trabalho na Biblioteca Universitária. O objetivo é fazer inscrição do produto em editais ou programas para poder imprimir tiragens do livro, de preferência para ser distribuído gratuitamente. Gostaria que o livro “Alguém tem que aguentar: mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina” circulasse e fosse lido pelo maior número possível de pessoas e o embargo vai possibilitar isso.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonara de Araújo. **“Não serei interrompida”**: presenças e regularidades da violência política de gênero na câmara dos deputados do Brasil. João Pessoa, 2022. 77 f. Monografia (Licenciatura) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: [repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24437](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24437). Acesso em: 07 jun. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA - Alesc (Santa Catarina). **Conheça os deputados**. 2020. Disponível em: [www.alesc.sc.gov.br/todos-deputados](http://www.alesc.sc.gov.br/todos-deputados). Acesso em: 27 abr. 2024.

BERTASSO, Daiane; GUSTAFSON, Jéssica. Das fontes privilegiadas à pluralidade de vozes In: SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi; SILVA, Terezinha (org.). **Apuração, redação e edição jornalística**. Florianópolis: Editora UFSC, 2022. p. 43-57. (Coleção Horizontes do Jornalismo).

BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 557–589, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25164. Disponível em: [www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25164](http://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25164). Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 14197, de 1 de setembro de 2021. Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).. . Brasília, DF, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/14197.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14197.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 14192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debate... Brasília, DF. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **A composição da Câmara: deputados que tomaram posse em 1º de fevereiro de 2023**. 2023. Disponível em: [camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/](http://camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/). Acesso em: 21 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Artigo. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-lati-na-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CERNA, Daniela Cerva. Participación política y violencia de género en México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S.L.], v. 59, n. 222, p. 117-139, set. 2014. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0185-1918\(14\)70212-0](http://dx.doi.org/10.1016/s0185-1918(14)70212-0). Acesso em 20 jan. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588>. Acesso em: 14 jan. 2025.

D'ÁVILA, Manuela. (Org.). **Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022, 220 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCO, Adriana Alves. **Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira**. 2022. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.100.2022.tde-23062022-201708. Acesso em: 29 abr. 2024

GENRO FILHO, Adelmo. O jornalismo como forma de conhecimento: os limites da visão funcionalista, p. 49-65. In: GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. IN: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. **O que é violência política contra a mulher?**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. Disponível em: [bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/41045/violencia\\_politica\\_mulher.pdf?sequence=5&isAllowed=y](bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/41045/violencia_politica_mulher.pdf?sequence=5&isAllowed=y)Acesso. Acesso em: 9 nov. 2023.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Género y violencia política en América Latina, **Política y gobierno**, Cidade do México, v. 23, n. 1, p. 127-162, jun. 2016. Disponível em: [scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso](https://scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 6 jun. 2024.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008, 96 p.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MORAES, Fabiana. **A arma é uma pauta de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed. Porto Alegre (RS). Arquipélago: 2022. 368 p.

NEGREIROS, Adriana. **A vida nunca mais será a mesma**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023, 331 p.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia In: D'ÁVILA, M. (Org.). **Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022, 220 p.

SCHIAVINATO, Guilherme. **TRE condena Rodrigo Amorim por violência política de gênero contra Benny Briolli**. 2024. TV Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/02/tre-condena-rodrigo-amorim-por-violencia-politica-de-genero-contrabenny-briolli.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SENADO FEDERAL(Brasil). Senadores em Exercício 57ª Legislatura (2023 - 2027). 2023. Disponível em: [www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo](http://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo). Acesso em: 26 mai. 2024.

SILVA, Marcia Veiga da; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Anais do 28º encontro anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Campinas, **Galoá**, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-ra-ca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SILVA, Terezinha. Os atos de escolha na apuração jornalística. In: SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi; SILVA, Terezinha (org.). **Apuração, redação e edição jornalística**. Florianópolis: Editora Ufsc, 2022. p. 31-41. (Coleção Horizontes do Jornalismo).

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-Compós**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2017. DOI: 10.30962/ec.1398. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1398>. Acesso em: 22 jan. 2025.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE (Brasil). Estatísticas eleitorais. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=8175718216552>. Acesso em: 15 jan. de 2025

## ANEXOS

## ANEXO A - FICHA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

<b>FICHA DO TCC</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC</b>		
<b>ANO</b>	2025		
<b>ALUNA</b>	Cintia de Oliveira		
<b>TÍTULO</b>	Alguém tem que aguentar: mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina		
<b>ORIENTADORA</b>	Maria Terezinha da Silva		
<b>MÍDIA</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Website	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
<b>CATEGORIA</b>	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	<b>Local da apuração:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem livro reportagem	( ) Florianópolis ( ) Brasil (X) Santa Catarina ( ) Internacional ( ) Região Sul País: _____
<b>ÁREAS</b>	Jornalismo. Mulheres na política. Violência de gênero e raça em Santa Catarina. Livro-reportagem.		

<b>RESUMO</b>	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) retrata a presença da violência política de gênero e raça na trajetória de mulheres eleitas em Santa Catarina. Violências que tem a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres em função de suas identidades. Esse é um dos vários obstáculos à participação feminina em espaços de poder e tem objetivo de manter a sub-representação das mulheres. O produto desenvolvido é um livro-reportagem, a partir da história de vereadoras feministas que cumpriram mandatos entre 2020 e 2024. O foco é como foram afetadas por episódios de violência política de gênero e raça enquanto candidatas e no exercício de seus mandatos e como resistem a essa tentativa de tirá-las do cenário político. Retrata como a estrutura política é conformada de maneira a ejetar as mulheres da vida pública, assim como acontece com todos os grupos minorizados, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência. Também discute a implementação da lei de violência política de gênero, que é crime no Brasil desde 2021, com a aprovação da lei 14.192 e busca entender o que vem sendo feito para transformar esse cenário.</p>
---------------	--

## ANEXO B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Como iniciou na política?
- Sempre teve interesse em política?
- Se considera feminista?
- Tinha atuação fora da política institucional, em movimentos sociais?
- Por que escolheu seu partido?
- Como foi para viabilizar a sua candidatura dentro do partido? teve apoio partidário?
- Como foi sua primeira eleição? e como foi a questão do financiamento?
- Quais suas principais pautas de defesa?
- Já sofreu ataques por meio da internet?
- Acha confortável o ambiente político?
- Quais as principais dificuldades que enfrentou nas campanhas?
- Quais as principais dificuldades que enfrenta no mandato?
- Crê que sua experiência enquanto mulher afeta sua forma de fazer política?
- Já sofreu algum episódio de violência no ambiente político?
- Já ouviu falar ou sabe o que é violência política de gênero? considera que já tenha sofrido algum episódio?
- Se sim foi denunciado?
- Como estão as denúncias e investigações dos casos de ameaça do ano passado?
- Que estratégias desenvolvem para lidar com a violência?

## ANEXO C - DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE

Eu, Cintia de Oliveira, aluna regularmente matriculada no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrícula 19203949, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**Alguém tem que aguentar**: mulheres que resistem à violência política de gênero e raça em Santa Catarina” é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2025

---

Assinatura